Sete anos trocam favores

Angela Romito

As coincidências estão se sucedendo nas análises dos primeiros documentos enviados às subcomissões da CPI do Orçamento. O que tem chamado à atenção dos integrantes das subcomissões de subvenções sociais é que os que integravam a Comissão Mista de Orçamento, os chamados sete anos têm o maior número tanto de emendas apresentadas como aprovadas. "Eles se privilegiavam entre si", constatou um parlamentar.

A subcomissão de subvenções recebeu, ontem, dos técnicos do Ministério do Bem-Estar Social, todas as execuções orçamentárias de 1992, quando era ministro da Ação Social o deputado Ricardo Fiúza. Os técnicos estavam, ainda, dolarizando os valores da época, mas já foi possível saber que somente em 1992 foram liberados o equivalente a CR\$ 118 milhões, dos quais 80 por cento referentes aos meses de julho, agosto e setembro, justamente o período da CPI do caso PC Farias que resultou no impeachment do ex-presidente Collor.

Além dessa ligação com o esquema PC, a subcomissão vai ainda checar as entidades que receberam as subvenções. Por um motivo muito simples: a subcomissão já tem em seu poder documento comprovando que era o deputado João Alves quem definia os municípios e entidades que receberiam esses recursos. "Temos cópia de uma lista enviada ao Banco do Brasil por João Alves com os números das contas bancárias e os valores a serem pagos", disse o senador Elcio Álvares (PFL-ES). João Alves identificava a entidade apenas pelo número da conta bancária do Banco do Brasil.

Assustado mesmo ficou outro parlamentar, ao verificar que, em 1989, o deputado João Alves solicitou ao então ministro do Interior do Governo Sarney, atual governador de Sergipe, João Alves, a devolução da sobra da verba não utilizada para que ele a redistribuísse. "Isso é um absurdo", constatou.

Na análise das entidades agraçadas com expressivas subvenções, os parlamentares verificaram que os grandes privilegiados são mesmo os denunciados pelo ex-funcionário do Senado José Carlos Alves dos Santos. A maior concentração de verbas está distribuída entre os estados

do Rio, Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí.

Malha fina — A subcomissão também iniciará o cruzamento dos nomes das grandes empresas beneficiadas com as emendas de maior valor. Os integrantes dessa subcomissão vão começar o cruzamento das informações com uma relação inicial, saída de uma malha fina feita em 20 unidades orçamentárias, em que são listadas as emendas de maior valor.

O senador Elcio Álvares, revelou que as subcomissões já têm fortes indícios que envolvem os denunciados. O trabalho, a partir de agora, é checar a estratégia de desvio de verbas e compilar as provas materiais. O relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), no entanto, acredita que a CPI terá tempo suficiente para encerrar os trabalhos com dados substanciais.

Outra novidade ontem foi o pedido feito pelo advogado de João Alves, Antônio Carlos Osório, que solicitou à CPI os relatórios bancários. Parlamentares que analisam os extratos e o relatório da CEF, porém, já adiantaram que o pedido será indeferido, pois a CPI não pode transferir a terceiros a quebra do sigilo bancário.